

Informação e ciência como melhores aliadas dos profissionais

da segurança pública para o combate à COVID-19

Desde que foi descoberta na China no final de 2019 a Covid-19 infectou mais de 183 milhões e já provocou a morte de quase 4 milhões de pessoas no mundo, segundo o jornal The New York Times. Só no Brasil, até o começo de julho de 2021, cerca de 522 mil pessoas morreram em decorrência da pandemia. Esse volume de mortes é o segundo maior do planeta até aqui, só perdendo para aquele dos Estados Unidos, que já registrou, no mesmo período, aproximadamente 605 mil mortes.

Nesse processo, as severas implicações impostas às forças policiais pela pandemia de COVID-19 não surpreendem. Dados de polícias em diferentes países, como Estados Unidos e Brasil, apontam que as mortes de policiais por COVID superam outras causas, como homicídios e acidentes de trânsito, mesmo consideradas sua soma. Isso, inquestionavelmente, é a face mais cruel dessa pandemia: no cumprimento de seus deveres, mulheres e homens sucumbiram à doença. O luto em razão das perdas de maneira sem igual na história dessas corporações é a face mais visível dessa pandemia, mas cujas repercussões não se limitam a isso.

As emoções são componentes fundamentais na realização do trabalho policial. É por meio delas que a intensidade das interações humanas, próprio do serviço policial, é modulada. E, na atualidade, as emoções são permeadas pelo medo da morte provocado pelo novo coronavírus. Para compreender essa multiplicidade de sentidos e influências que ajudam a compor as representações sociais dos profissionais da segurança pública em relação à pandemia e à forma como ela está sendo enfrentada no Brasil, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública incluiu questões sobre o tema na Pesquisa “Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil”, realizada em maio e junho de 2021, cujos primeiros resultados são publicados agora na 15ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Em uma análise inicial de natureza descritiva, a pesquisa aponta que 42,5% dos policiais sentem muito medo de contrair a doença. Nada mais humano. No entanto, o sentimento de medo é tanto maior quanto maiores as inseguranças que cercam a vivência humana. Nesse aspecto, a pesquisa revela que esses profissionais, com sig-

ALAN FERNANDES
É TENENTE CORONEL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO PELA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DA FGV/SP, COM ESTÁGIO DOUTORAL PELO KING'S COLLEGE LONDON.

RENATO SÉRGIO DE LIMA
É DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA USP E DIRETOR-PRESIDENTE DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

nificativas diferenças entre as regiões do Brasil e entre as diferentes corporações, foram colhidos por novas tarefas, com baixos níveis de proteção às suas atividades e com pouco esclarecimento quanto às suas novas funções ou sobre como exercer aquelas de sempre.

Para se ter uma ideia dessa questão, os profissionais da segurança pública que sentem mais medo de contraírem o novo coronavírus são aqueles oriundos das Polícias Civis que, por questões organizacionais que fogem ao escopo desse texto, costumam ser mais velhos do que os efetivos das demais corporações. Entre os policiais civis, 50,4% dos profissionais ouvidos declararam que têm muito medo de se infectarem. Já entre os Policiais Militares e entre os Bombeiros Militares, 18,5%, em ambos os casos, declararam que têm pouco medo de se infectarem. São as categorias com menor medo.

Agora, em termos temporais, talvez pela longa duração da pandemia e pelo fato de o volume de informações sobre riscos e estratégias de prevenção terem aumentado consideravelmente, o medo de infecção por Covid-19 entre os profissionais da segurança pública diminuiu entre maio de 2020 e junho de 2021. Sondagem exploratória¹ realizada entre 15 de abril e 1º de maio de 2020 indicou que 59,7% dos policiais paulistas e 68,8% dos das demais Unidades da Federação tinham medo de serem infectados (a sondagem de 2020 é, pelo seu caráter exploratório, mais fidedigna para o estado de São Paulo e os dados nacionais precisam ser vistos com cautela, mas servem para identificação de grandes tendências).

Um dos números mais expressivos é quanto à distribuição de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Ainda que 83,7%

dos ouvidos tenham, na média nacional, recebido máscaras cirúrgicas ou de pano, assim como álcool em gel, o aparente número elevado significa, por outro lado, que, passados quase um ano e meio do início da pandemia, algo próximo a 16% deles não receberam sequer esses equipamentos. Máscaras mais eficazes contra a contaminação (as do tipo PFF2/N95) foram oferecidas em números mais elevados para algumas corporações, como os Corpos de Bombeiros (36,9%) e Polícia Científica/Perícia (57,6%), mas a média nacional nesse caso foi de 12,2%.

A título de exemplo, a Polícia Metropolitana de Londres, em março de 2020, estipulava um conjunto mínimo a ser distribuído a cada policial, chamado “célula de resiliência” (*resilience cell*), composto por: líquido limpador de mãos, três máscaras PFF2, aventais plásticos, macacão, cobridores de sapatos, óculos e luvas. Até novembro de 2020, cerca de 800 integrantes da Met haviam testado positivo para COVID-19, o que resulta em um percentual de impressionantes 1,8%². Se compararmos este dado com os 29,7% de policiais brasileiros contaminados pela Covid, apontados na pesquisa, é possível constatar como diferentes níveis de proteção repercutem em salvar vidas, e, conseqüentemente, melhores condições de trabalho.

Mesmo os números internos ao Brasil apontam na mesma direção. Os Estados em que os policiais afirmaram terem sido menos contemplados com EPI coincidem com as três regiões em que os entrevistados expressaram terem mais medo da doença, também aqueles que mais testaram positivo ou acreditam que tenham contraído a doença. Medo e contaminação pela doença parecem ter relação direta com a falta de EPI.

1. https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-pandemia-de-covid-19-e-os-policiais-brasileiros/

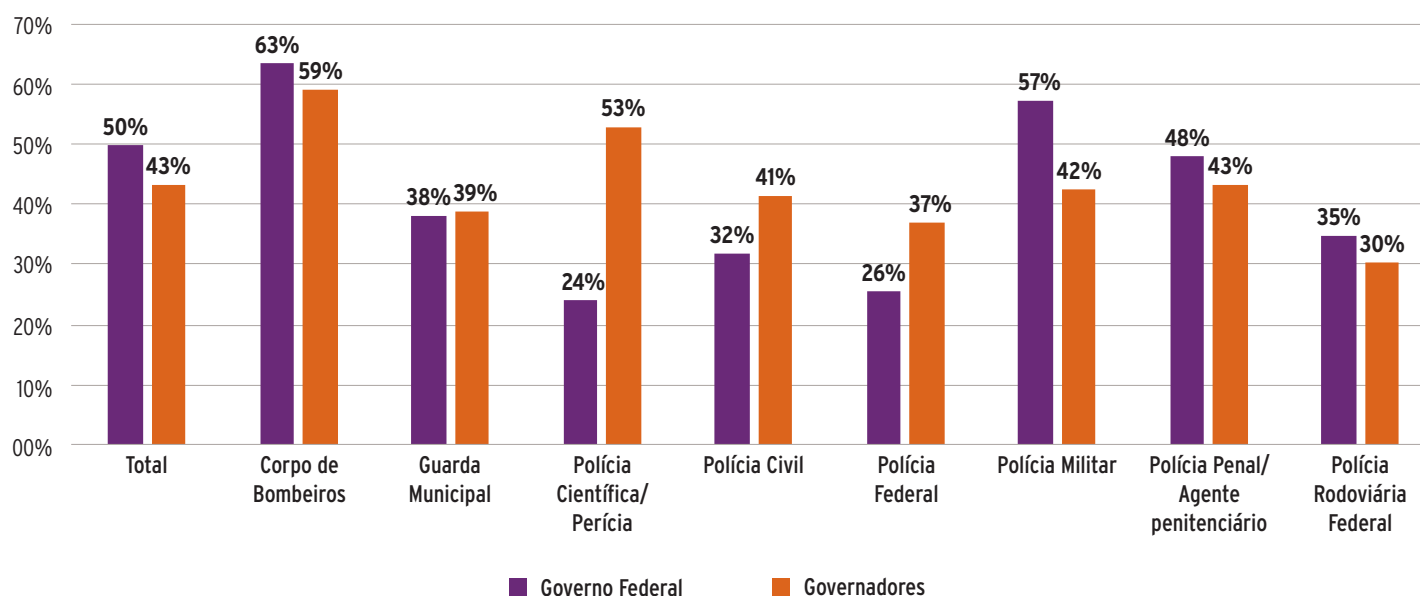
2. Dados de efetivo obtidos em <https://www.met.police.uk/police-forces/metropolitan-police/areas/about-us/about-the-met/structure/>

A região Norte, por sua vez, foi aquela em que os policiais apontam, em maior proporção, terem recebido o chamado “kit covid”. No Brasil, 2,1% dos policiais afirmaram terem recebido esse coquetel de medicamentos enquanto a Região Norte assinalou 7,9%. Assunto à parte, a crença na eficácia do “kit covid” é significativa entre os polícias, não obstante inúmeras referências científicas apontarem o oposto. No Brasil, 62,8% dos policiais e demais profis-

sionais da área concordam com a utilização da cloroquina, ivermectina e azitromicina, percentuais que variam de 71,6% para policiais militares a 29,6% para a Polícia Técnica e Científica. Aliás, o apoio ao “kit covid” por quase 1/3 de policiais que têm na ciência uma de suas marcas de identidade profissional mais fortes é, de qualquer forma, uma informação muito relevante sobre o quanto o debate sobre Covid foi tomado por variáveis político-ideológicas.

GRÁFICO 85

Relação entre Percentuais de Profissionais da Segurança Pública que acreditam que Governo Federal e Governadores estão auxiliando o trabalho das polícias no enfrentamento da Pandemia de Covid-19



Fonte: Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Campo realizado entre 28/04/2021 e 28/05/2021.

Isso se mostra ainda mais significativo no gráfico 1. Nele, percebe-se que, na média nacional, 49,7% dos profissionais acreditam que o governo federal está auxiliando o trabalho das polícias no enfrentamento da pandemia, enquanto 43,2% têm a mesma percepção em relação ao auxílio dos governadores. Porém, quando as respostas são desagregadas por corporação, nota-se que a média nacional está sendo influenciada pelas Polícias Militares e Penais e pelos Corpos de Bombeiros. As duas primeiras

concentram os maiores efetivos de pessoal do país. No caso das PM, a diferença entre a avaliação do governo federal e estadual é de 15 pontos (maior para o governo federal). Em sentido contrário, os policiais de natureza civil percebem proporcionalmente que os governadores estão auxiliando mais do que o governo federal. Nas polícias técnicas e científicas, a diferença entre as avaliações positivas do governo federal e dos governadores é de 28,8 pontos, com melhor avaliação dos governos estaduais.

Outro aspecto que a pesquisa nos mostra sobre a oferta de condições de trabalho e capacitação para novas exigências oferecidas aos policiais refere-se ao treinamento. Em que pese a Secretaria Nacional de Segurança Pública, em 2020, ter editado duas cartilhas com essa destinação, intituladas *Medidas preventivas dos profissionais de segurança pública para minimizar os riscos de contaminação pelo COVID-19* e *Recomendações de protocolo procedimental para as Forças de Segurança Pública*, essas políticas tiveram pouco alcance junto aos contingentes policiais, haja vista que apenas 28,5% dos ouvidos afirmaram terem recebido treinamentos de suas corporações. Os menores percentuais são encontrados nas polícias civis estaduais (12,5%) e Polícia Federal (17,1%); por sua vez, a Polícia Rodoviária Federal (47,8%) e os corpos de bombeiros estaduais apresentaram as melhores marcas (43,4%). Aqui, a carência de treinamento parece reforçar os altos índices de contaminação, já que os estados do Norte e Nordeste, que já apontamos com os maiores níveis de infecção, também têm os piores níveis de oferta de treinamento.

De maneira bastante reveladora, a pesquisa foi além dos dados mais objetivos, como a provisão de EPI e treinamentos, para revelar a percepção dos policiais frente a suas atividades profissionais. Há que se ressaltar que, em especial às corporações estaduais, foram demandadas inéditas formas de atuação, haja vista a fiscalização, restrição e controle de reuniões e locomoção, como em relação a festas e à vigência de restrições em praias, parques, e mesmo em ruas, a se depender os horários e das diferentes imposições em Estados e Municípios.

Um dado chama bastante a atenção. De modo geral, ações de vigilância sanitárias e manutenção da ordem pública são vistas, pelos profissionais ouvidos, como confortáveis de serem aplicadas. Mas, proporcionalmente, ações como autuação de comércios e serviços abertos irregularmente causam desconforto para 52,5% dos respondentes, sentimento que chega a 70,8% entre os policiais militares. Os profissionais sentem que esta é uma atividade que causa impactos significativos na vida da população como um todo.

Por fim, a pandemia gerou, segundo 66,7% dos respondentes, impactos negativos sobre a renda advinda de outras atividades exercidas por eles que não a atividade policial e de segurança pública. E, ao contrário do que se imagina quando se discute atividades extras, o maior impacto não se deu nas Polícias Militares ou Guardas Municipais, cujas parcelas de efetivo que recebem os menores salários são maiores. Os maiores impactos, nesse caso, se deram entre os policiais federais e os policiais penais, com 71,4% e 70,7%, respectivamente.

Seja como for, o bloco de questões sobre os impactos da pandemia de Covid-19 da pesquisa “Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil” ajuda a jogar luz às condições de vida e trabalho dos profissionais da área e, sem dúvida, reforça a importância de que políticas públicas de saúde do trabalhador sejam estruturadas de forma permanente, a começar pelo acesso a informações e serviços. Sem isso, os policiais brasileiros ficam à mercê da política e do imaginário social do qual eles têm origem. Informação e capacitação adequadas são grandes aliadas na melhoria da segurança pública do país.